

## ***Reclaim Europe!***

### **Um projeto para a participação da sociedade civil numa Europa comum**

Em que Europa queremos viver? O que tem de mudar para que a UE ganhe em termos de legitimidade democrática e para que nós, cidadãos e cidadãs, nos sintamos legitimamente membros de pleno direito? Como são avaliados os instrumentos já existentes para que a sociedade civil exerça a sua influência ao nível das decisões das instituições europeias e o que tem de mudar? Que projetos para uma vivência comum da Europa já existem fora das instituições e como podem ser reforçados? Com o objetivo de abordar estas questões, a Fundação Friedrich Ebert em Portugal pretende iniciar um processo de diálogo sobre as possíveis formas das populações participarem na construção da Europa e influenciarem os processos de decisão. Juntamente com parceiros interessados da sociedade civil organizada, pretende promover uma troca de opiniões e de experiências com o intuito de questionar criticamente a conceção unilateral da integração europeia por parte das elites e das instituições europeias e de apresentar propostas para influenciar as tomadas de decisão e a construção conjunta da Europa.

Este processo de diálogo procura a consecução de três objetivos: dar a um público especializado a oportunidade de 1) alargar as suas redes e concertar posições comuns, 2) desenvolver propostas que identifiquem novos modelos de participação e, por último, 3) dar uma nova voz às propostas e reivindicações mais relevantes, divulgando-as por via do debate num fórum internacional com partes interessadas da sociedade civil e da política, bem como com todo o público interessado. Este evento deverá proporcionar ainda o enquadramento para dar uma forma mais concreta às estratégias para a implementação das propostas.

### **Em foco: Participação e contributo no meio rural e urbano**

Identificámos como pontos de partida duas áreas de atuação de organizações da sociedade civil, que refletem novas desigualdades territoriais e, ao mesmo tempo, os problemas de integração europeia. Trata-se de processos interdependentes que têm atualmente um forte impacto na estrutura social e territorial em Portugal: por um lado, a desertificação das regiões rurais avança a passos largos, o que no ano passado, devido aos devastadores incêndios florestais, suscitou uma penosa comoção a nível internacional. Por outro lado, nos centros urbanos como Lisboa e Porto, agravam-se as desigualdades no acesso à habitação e ao espaço público como consequência da globalização e à semelhança do que acontece em muitas outras cidades europeias.

Ao invés de proteger as cidadãs e os cidadãos dos efeitos negativos destas mudanças, as decisões das instituições da UE intensificaram a desigualdade social em muitos aspetos. Como abordar as novas desigualdades urbanas é um tópico que só lentamente tem vindo a influenciar o debate político europeu, na medida em que o direito a uma habitação condigna e o desenvolvimento sustentável das cidades têm vindo a ser considerados em agendas e documentos programáticos, como a Agenda Urbana para a UE<sup>1</sup>. Embora as desigualdades regionais estejam presentes há muito tempo sob a forma da política de coesão da UE, não há solução à vista.

---

<sup>1</sup> [https://ec.europa.eu/futurium/en/system/files/ged/pact-of-amsterdam\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/futurium/en/system/files/ged/pact-of-amsterdam_pt.pdf)

Grande parte dos esforços envidados pelas organizações da sociedade civil que lidam com estes desafios estão, obviamente, direcionados para tratar problemas concretos a nível local. Não obstante, as organizações vêm-se confrontadas no seu trabalho com a forma como as instituições da UE lidam com estes processos - ou como, de outra forma, se perde a oportunidade de aproveitar estas temáticas para promover decisões políticas de relevância a nível europeu. Ao mesmo tempo, olhar para a Europa para além das fronteiras nacionais pode estimular a aprendizagem através de bons exemplos a nível local noutras partes da Europa, a constituição de parcerias e a troca de experiências.

### **Superar os limites (da participação): reivindicar a Europa**

As relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e as instituições da UE caracterizam-se por diferentes possibilidades de participação a diversos níveis, não sendo equitativamente acessíveis a todas e todos os intervenientes. Estas assumem formas como o trabalho de fundo sobre temas europeus, inquéritos às cidadãs e aos cidadãos, o novo instrumento da iniciativa de cidadania europeia e o trabalho de *lobbying* das confederações da sociedade civil, bem como as eleições do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais. Também o financiamento das atividades das ONG por parte das instituições da UE, que, naturalmente, se pauta pelos objetivos políticos dos financiadores, constitui um tipo de relação. Mas para além das estruturas participativas orientadas para as instituições da UE, existem outras opções para construir a Europa. É possível criar e reforçar visões alternativas da Europa através de redes e parcerias da sociedade civil europeia. As cidadãs e os cidadãos, incluindo a população migrante, podem expressar com voz própria os seus direitos (legítimos) de participação na Europa e reivindicar a sua aplicação por via de redes e do fortalecimento coletivo à escala europeia, aprender com exemplos de boas práticas de outros locais e reunir recursos para, juntos, fomentarem a consciencialização no sentido de exigirem a sua participação.

### **Processo de diálogo: Etapas do projeto e *outputs* em detalhe**

Com base nas experiências e expectativas de diferentes partes interessadas, serão desenvolvidas ideias e reivindicações para delinear formas de construir a Europa em conjunto. Trata-se de confrontar as elites económicas, financeiras, culturais e intelectuais europeias com as ideias locais e regionais bem consolidadas da Europa e de conceber e viver a UE não apenas como um projeto económico das instituições, mas como uma comunidade de valores, democrática e participativa.

Quanto a questões de participação e cidadania, já foi realizado em Portugal um trabalho importante. O nosso projeto deverá evidenciar esse facto e assumi-lo como base para dar continuidade ao diálogo. Na conceção do projeto, também a experiência local em termos de envolvimento serviu de ponto de partida: qual o historial de participação local, supra regional e europeia existente em Portugal, que abordagens resultaram em experiências positivas e que ilações podem ser retiradas para conceber possíveis formas de construir a integração europeia?

Numa primeira fase, a FES irá organizar encontros de reflexão estratégica sobre ambos os temas "Cidade" e "Regiões Rurais", no âmbito dos quais convidamos as e os intervenientes interessados dos respetivos setores a debater connosco a dimensão europeia das suas áreas de atuação. Exigir a participação nas zonas urbanas implica o exercício dos direitos à cidade em diferentes dimensões. Um problema central é a habitação condigna, mas trata-se também daquilo que significa movimentar-se como mulher e/ou migrante no espaço público, de como é proporcionado o acesso das pessoas mais idosos a uma infraestrutura urbana funcional, do direito à cidade que assiste àqueles que se deslocam entre casa e o trabalho e de como lidar com as tensões urbanas do turismo de massas numa época em que as viagens se democratizaram. No que respeita os direitos de participação em zonas rurais, as exigências de

um maior reconhecimento dos agentes locais e da sua experiência têm um papel a desempenhar, tal como as que se prendem com o acesso à segurança, aos cuidados de saúde e a outros recursos. Queremos debater em que medida estas questões são também questões europeias e como uma perspetiva europeia, também para além das instituições da UE, pode contribuir para abordar as mesmas, seja formulando reivindicações comuns em matéria de política de habitação ou através da aprendizagem mútua com exemplos de boas práticas em matéria de integração de pessoas refugiadas a nível municipal.

As posições e propostas de participação na Europa elaboradas nos encontros de reflexão estratégica serão apresentadas num evento público no outono com partes interessadas do setor social e político, abordando concretamente as estratégias para a sua aplicação. O evento a realizar no outono dará às organizações participantes espaço para se posicionarem em relação às instituições da UE, para formular conceitos alternativos, para promover redes internacionais e para impulsionar as próximas etapas do trabalho conjunto no âmbito do projeto. A Fundação Friedrich Ebert usará a sua rede internacional para chegar às interlocutoras e aos interlocutores políticos no plano nacional e europeu com o intuito de dar mais ênfase às propostas e reivindicações.